

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 800.284 - SP (2015/0262654-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ZELY ANA GOTTSCHALL
AGRAVANTE : MARIA BERNADETE GOTTSCHALL DA SILVA MEDAGLIA
ADVOGADO : MARINA MEDALHA E OUTRO(S) - SP068272
AGRAVANTE : CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
ADVOGADO : CAMILA ROSADO MANFREDINI FERREIRA E OUTRO(S) - SP212110
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SIRIO LIBANES
ADVOGADO : ELIAS FARAH JÚNIOR E OUTRO(S) - SP176700

EMENTA

AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS HOSPITALARES. PAGAMENTO NÃO EFETUADO PELO PLANO DE SAÚDE. CONDENAÇÃO DA BENEFICIÁRIA DOS SERVIÇOS E DE SUA FILHA, QUE FIRMOU TERMO DE RESPONSABILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRESCRIÇÃO. PRAZO VINTENÁRIO NA VIGÊNCIA DO CC/1916 REDUZIDO PARA CINCO ANOS COM O ADVENTO DO CC/2002. INCIDÊNCIA DA REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 DO CC/2002. PRETENSÃO TEMPESTIVAMENTE DEDUZIDA. ALEGAÇÕES RELACIONADAS AOS TEMAS DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, GRATUIDADE DE JUSTIÇA E RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. ACÓRDÃO QUE EXTRAIU SUAS CONCLUSÕES DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS, CUJO REEXAME NÃO É AUTORIZADO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA VIA RECURSAL ESPECIAL. QUESTÕES CUJA APRECIÇÃO ESBARRA NO ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.

Agravo de **Zely Ana Gottschall e Maria Bernadete Gottschall da Silva Medaglia** conhecido para se conhecer em parte do recurso especial por elas interposto e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

DECISÃO

Na origem deste processo está a ação de cobrança movida por Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês contra Zely Ana Gottschall e Maria Bernadete G. da Silva Medaglia, pretendendo o hospital autor o pagamento das despesas

hospitales havidas com a internação da corré Zely.

Narra a inicial que a responsabilidade pelo pagamento seria da Unimed São Paulo, operadora do plano de saúde de Zely, que não pagou nem justificou a inadimplência, daí o redirecionamento da cobrança às rés, amparado no termo de responsabilidade assinado no momento da internação hospitalar pela corré Maria Bernadete (e-STJ, fl. 44).

Em sua contestação, as rés, entre outras alegações, sustentaram que estaria prescrita a pretensão deduzida pela autora, mas essa alegação foi rechaçada pelo magistrado de primeiro grau (e-STJ, fl. 169), o que motivou a interposição de agravo retido (e-STJ, fls. 172-177).

Com o deferimento do pedido de denunciação à lide formulado pelas rés, somente a denunciada Central Nacional Unimed - Cooperativa Central apresentou contestação (e-STJ, fls. 239-256).

Ao sentenciar o feito, o magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido, tendo redigido o dispositivo nestes termos (e-STJ, fl. 311):

POSTO ISTO, e o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar as requeridas ZELY ANA GOTTSCHALL e MARIA BERNADETE G. DA SILVA MEDAGLIA ao pagamento do valor de R\$ 5.770,48, corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 12% ao ano ambos a partir do momento em que era devido o pagamento (08.08.2000), até liquidação, em favor da autora; e JULGO PROCEDENTE a denunciação da lide, para condenar as litisdenunciadas CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL e UNIMED SÃO PAULO, de forma solidária, a ressarcir as denunciantes, de forma integral, quanto ao valor imposto na condenação da ação.

Houve embargos de declaração à sentença pelas rés Zely e Maria Bernadete (e-STJ, fls. 317-329) e pelo hospital autor (e-STJ, fls. 331-333), mas ambos foram rejeitados (e-STJ, fls. 373).

Apelaram Zely e Maria Bernadete (e-STJ, fls. 394-431), com reiteração das alegações feitas no agravo retido, e Central Nacional Unimed (e-STJ, fls. 335-355), tendo

sido realizado o julgamento dos recursos pela Vigésima Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nos termos do acórdão de fls. 474-490 (e-STJ), negou-se provimento ao agravo retido e à apelação de Central Nacional Unimed, tendo sido parcialmente acolhido o apelo de Zely e Maria Bernadete. Os fundamentos do julgado foram sintetizados nesta ementa (e-STJ, fl. 476):

AGRAVO RETIDO E RECURSOS DE APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES - Preliminares afastadas - Indeferimento da justiça gratuita diante do fato de que derrubada a presunção de incapacidade: apelantes recolheram sem dificuldades as custas no curso de todo processo e não comprovaram alteração da capacidade econômica - Prescrição inexistente - Aplicada a regra de transição (art. 2.028 do CC), tem-se que a contagem do prazo do NCC só se inicia em janeiro de 2003, e a ação foi ajuizada antes do prazo final de cinco anos previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil - Legitimidade passiva manifesta - Ausência de cerceamento de defesa - Denúnciação da lide permitida nos termos do art. 280 do CPC, porquanto a atividade prestada pela CENTRAL se assemelha ao seguro, além do fato de que os escopos processuais foram atingidos mesmo com a denúncia - No mérito, confirmadas as responsabilidades discutidas nos autos - Termo de responsabilidade assinado e sem alegação de qualquer situação efetivamente configuradora de vício de vontade - De outro lado, a autorização da empresa de plano de saúde configura responsabilidade das denunciadas que, perante os olhos do consumidor, não possuem autonomia e devem ser solidariamente responsáveis - Acolhimento de apenas uma das alegações, para que o juro de mora incida a partir da citação - Negado provimento ao agravo retido, ao recurso de apelação do plano de saúde e recurso das corrés parcialmente provido.

Os dois embargos de declaração opostos a esse acórdão (e-STJ, fls. 493-497 e 499-502) foram rejeitados (e-STJ, fls. 506-511).

Em seguida, tanto Central Nacional Unimed quanto Zely e Maria Bernadete ingressaram com recurso especial (e-STJ, fls. 514-529 e 543-583), mas a subida desses recursos ao Superior Tribunal de Justiça foi negada pelo Desembargador Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (e-STJ, fls. 639-640 e 641-642).

Ainda inconformadas, as recorrentes interpuseram os próprios agravos, por meio dos quais realizaram a devida impugnação das respectivas decisões de inadmissibilidade, viabilizando, assim, o exame das alegações feitas nos recursos especiais.

Cuida-se, nesta decisão, unicamente do exame das alegações formuladas no recurso especial interposto por **Zely Ana Gottschall e Maria Bernadete Gottschall da Silva Medaglia**, em síntese: **(I)** violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que o Tribunal estadual rejeitou os embargos de declaração por elas opostos sem emitir o solicitado pronunciamento sobre as relevantes questões neles pontuadas; **(II)** violação dos arts. 130 e 330, I, do CPC/1973, estando configurado o cerceamento de defesa em razão de o Tribunal haver ratificado o entendimento do magistrado de primeiro grau quanto ao indeferimento do pedido de produção de provas — pericial e testemunhal — formulado pelas recorrentes; **(III)** ofensa do art. 267, VI, do CPC/1973, devido a não ter sido reconhecida pelo acórdão recorrido a ilegitimidade passiva das recorrentes; **(IV)** o acórdão recorrido deveria reformar a sentença para julgar improcedente a ação "pois não restou comprovado o inadimplemento por parte da seguradora e, ainda que assim não fosse, as recorrentes não respondem solidariamente pelas despesas médico-hospitalares asseguradas por convênio médico, sob pena de ofensa aos artigos 333, inciso I, do Código de Processo Civil; artigos 46, 51, incisos III e IV, § 1º, incisos II e III, do Código de Defesa do Consumidor; e artigos 151, 156, 166, 171, inciso II, e 422 do Código Civil"; **(V)** ao não reconhecer a prescrição da pretensão deduzida pelo hospital autor, o acórdão teria incorrido em violação do art. 269, IV, do CPC/1973; e **(VI)** ao indeferir o benefício da assistência judiciária gratuita às recorrentes, o acórdão teria violado o art. 4º da Lei n. 1.060/1950.

Alinhando argumentos contrários às alegações de Zely e Maria Bernadete, a parte recorrida opôs-se ao conhecimento e ao provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 621-628).

Brevemente relatado, decido.

De início, quanto à alegação de que teria sido violado o art. 535, II, do

CPC/1973, é manifesta a sua improcedência, tendo em vista que a Corte estadual, apesar de haver rejeitado os embargos de declaração, emitiu pronunciamento de forma fundamentada sobre todas as questões ventiladas nos recursos que lhe foram submetidos, ainda que em sentido contrário à pretensão das ora recorrentes.

Sobre a alegação de cerceamento de defesa, foi ela afastada pelo acórdão recorrido com base na seguinte motivação:

Ainda em caráter preliminar, inexistente cerceamento de defesa. A alegação foi formulada em caráter genérico, invocando a necessidade de realização de uma perícia contábil, a qual nada esclareceria quanto aos fatos controvertidos.

[...]

Considerando a impertinência da prova requerida, porquanto nenhum dado contábil foi controvertido, é de se afastar a alegação de cerceamento de defesa.

Desses fundamentos, ainda que sucintos, extrai-se que o tribunal de origem, longe de violar os dispositivos legais apontados pelas recorrentes, decidiu em perfeita consonância com a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com o entendimento que predomina no âmbito desta Corte, "o juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe avaliar sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias, em consonância com o disposto na parte final do art. 130 do CPC/73", daí que "inexiste nulidade quando o julgamento antecipado da lide decorre, justamente, do entendimento do Juízo a quo de que o feito se encontra devidamente instruído com os documentos trazidos pelas partes" (AgInt no AREsp n. 1.413.560/PR, Relator o Ministro Moura Ribeiro, DJe 3/10/2019).

No que diz respeito à alegação de ilegitimidade passiva das recorrentes, foi ela rechaçada pela Corte estadual à luz destes fundamentos:

As rés ZELY e MARIA BERNADETE são partes legítimas para figurar no polo passivo da ação.

A legitimidade só pode ser analisada frente ao caso concreto,

pois ela representa a adequação entre o réu e o direito substancial afirmado pelo autor, ou seja, sua aferição exige necessariamente o exame sobre a situação material alegada como existente pelo autor:

[...]

Pelas afirmações expostas pelo HOSPITAL autor, manifesta a legitimidade, já que ZELY recebeu os serviços prestados, e MARIA BERNADETE, a acompanhou, sendo signatária do termo de responsabilidade.

Essa conclusão, extraída pelo acórdão recorrido da base fático-probatória dos autos, não pode ser desconstituída por meio de recurso especial, justamente porque, para isso, far-se-ia necessária nova e aprofundada incursão em tais elementos, providência vedada a esta Corte, nos termos da Súmula n. 7/STJ.

Quanto à responsabilidade das recorrentes pelo pagamento da dívida resultante da prestação de serviços médico-hospitalares, a Corte paulista concluiu pela confirmação da sentença, tendo agregado a seguinte motivação:

A responsabilidade das rés ZELY e MARIA BERNADETE restou configurada.

Primeiramente, cumpre esclarecer que elas refutaram genericamente a real prestação de serviços, afirmando que 'não está comprovado que a ré (sic) realizou os procedimentos descritos e utilizou os materiais elencados, nem mesmo há comprovação dos valores cobrados'. Isso, contudo, é insuficiente para controverter efetivamente a matéria, pois em nenhum momento afirmou-se que ZELY não se submeteu à realização dos serviços cobrados, mas apenas que a efetivação destes não foi demonstrada.

Assim, presume-se verdadeira a prestação dos serviços elencados na nota fiscal de fls. 37/41, até porque, a própria alegação de que não foram comprovados tais serviços é contraditória com a afirmação das mesmas partes de que tudo fora autorizado pela UNIMED, bem como com o fato de ter sido concedido cheque caução para cobrir eventuais gastos não pagos pelo plano de saúde.

[...]

A prova do inadimplemento desses serviços não compete ao HOSPITAL como defendem as apelantes, porquanto esse ônus corresponderia à demonstração de um fato negativo — a não ocorrência do pagamento —, o que significaria a atribuição de um ônus impossível de ser desincumbido. Dessa forma, caberiam às partes comprovar o adimplemento da dívida, o que deixou de ser feito.

E, diante da assinatura do termo de responsabilidade (fls. 35/36), MARIA BERNADETE tornou-se corresponsável pelo

pagamento dos serviços prestados em favor de ZELY, conforme se afere dos próprios termos do contrato. O fato de o plano de saúde ter autorizado os procedimentos não altera essa responsabilidade — ao menos não perante o HOSPITAL — porquanto o termo foi assinado para que justamente fosse garantido o pagamento em caso de inadimplemento da UNIMED. Assim, essa autorização é relevante apenas para fins de regresso, mas não representa exceção do cumprimento da obrigação por parte de ZELY e sua filha.

[...]

E isso porque, principalmente, sequer relatadas situações que poderiam configurar coação, estado de perigo ou outro vício de vontade do termo de responsabilidade; as afirmações nesse sentido são genéricas, sem mencionar as circunstâncias em que realizados os procedimentos médicos, com qual finalidade, e se em caráter emergencial ou não.

Não procedem, ainda, as alegações de que não foi possível ter acesso ao conteúdo do termo, que estava previsto de maneira suficientemente clara acima do local em que houve assinatura da corré MARIA BERNADETE. A simples assinatura do termo não representa, per si, qualquer nulidade à luz do Código consumerista, e ainda, não foi possível subsumir a hipótese in concreto às hipóteses de abusividade.

Inexistindo, portanto, vício de vontade ou nulidade do objeto que comprometa a regularidade do termo de responsabilidade assumido, suas disposições devem ser respeitadas, observando-se o princípio da obrigatoriedade do contrato, ou pacta sunt servanda, segundo o qual se reconhece a 'irreversibilidade da palavra empenhada. A ordem jurídica oferece a cada um a possibilidade de contratar, e dá-lhe a liberdade de escolher os termos da avença, segundo as suas preferências. Concluída a convenção, recebe da ordem jurídica o condão de sujeitar, em definitivo, os agentes' (Caio Mário da Silva Pereira, In 'Instituições de Direito Civil', v. III, 12ª ed., Forense, p. 15).

Dessa maneira, prevalecem os termos do contrato assinado, emergindo, assim, a responsabilidade de ZELY e MARIA BERNADETE, do que decorre o acerto na condenação da lide principal.

Presentes esses fundamentos, ao Superior Tribunal de Justiça, pela via recursal especial, não é dado sequer adentrar na discussão sobre se foram violados os dispositivos de lei federal mencionados pelas recorrentes, tendo em vista que, para desautorizar as conclusões a que chegou a Corte local, seria indispensável revisitar os elementos fático-probatórios constantes dos autos e por ela tomados em consideração, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Acerca da alegada prescrição, foi ela afastada pelo acórdão recorrido nestes

termos:

Com relação à matéria do Agravo Retido, de fato, como bem decidiu o Juízo a quo, inexistente prescrição no caso concreto: a pretensão inadimplida surgida em julho de 2000 era regulada sob a égide do Código Civil de 1916, o qual não previa norma específica para a situação hoje regulada pelo art. 206, § 5º, inc. I, do Código Civil, aplicando-se, então, o prazo geral de vinte anos (art. 177 do Código Civil anterior).

[...]

Em observância à regra de transição prevista pelo art. 2.028 do Código Civil de 2002, tendo em vista que quando da entrada em vigor do NCC não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional anterior, inicia-se a contagem do novo prazo de cinco anos em janeiro de 2003. Como o ajuizamento da ação se deu em novembro de 2005, inexistente a ocorrência de prescrição.

Não há nenhum reparo a fazer no acórdão quanto a esse ponto, revelando-se em perfeita sintonia com os precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 83/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. IMPROVIMENTO.

[...]

2.- Aplica-se a prescrição quinquenal, prevista na regra do art. 206, § 5º, I, do Código Civil de 2002, às ações de cobrança em que se requer pagamento de dívida líquida constante de instrumento particular de natureza pessoal. Precedentes (Súmula 83/STJ).

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 445.381/SP. Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 19/3/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO MONITÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. COBRANÇA DE DÍVIDAS LÍQUIDAS E CERTAS. ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. ART. 206, § 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. SÚMULA 83/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. O acórdão do Tribunal de origem está de acordo com a jurisprudência consolidada neste Sodalício, no sentido de que o prazo prescricional a que se submete a pretensão de cobrança de dívidas

líquidas e certas, constantes de documento público ou particular era, ao tempo do Código Civil de 1916 de 20 anos (artigo 177) e, a partir do Código Civil em vigor, de 05 anos (artigo 206, § 5º, I).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 578.617/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 2/12/2014, DJe 10/12/2014).

Por fim, no que concerne ao benefício da gratuidade de justiça, foi ele negado às recorrentes pelas seguintes razões:

O pedido de assistência judiciária gratuita formulado pelas rés deve ser indeferido.

[...]

A legislação que rege o assunto (Lei nº 1.060/50) esclarece que a assistência tem por propósito atender aos 'necessitados' (art. 2º) e prescreve, como fórmula para a demonstração da hipossuficiência, a 'simples afirmação' de que se está desprovido de condições para o pagamento das custas do processo (art. 4º), conquanto a Constituição de 1988 disponha que a assistência será prestada aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, inc. LXXIV).

Observa-se, contudo, que mencionada afirmação inaugura uma presunção que é relativa, e poderá ser desconstituída, a qualquer momento do processo, mediante prova em contrário (art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50).

In casu, as rés ZELY e MARIA BERNADETE, a despeito do pedido de gratuidade, recolheram todas as custas processuais cabíveis, o que revela plena capacidade. Ademais, ZELY possuía plano de saúde particular, o que também serve de indício em prol da conclusão pela capacidade econômica. Dessa maneira, afastada a presunção de incapacidade, fica indeferido o benefício.

Também a respeito dessa questão o acórdão recorrido, ao alicerçar a sua conclusão em aspectos fático-probatórios da causa, impede que sobre ela se manifeste o Superior Tribunal de Justiça, porquanto o reconhecimento da alegada violação aos termos da Lei n. 1.060/1950 teria de passar, necessariamente, por novo exame dos referidos elementos, que não pode ser realizado ao se julgar o recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo de Zely Ana Gottschall e Maria Bernadete Gottschall da Silva Medaglia a fim de conhecer em parte do recurso especial por

Superior Tribunal de Justiça

elas interposto e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator